

Medina pede renegociação urgente da dívida externa

BRASILIA — “A única solução para o problema da dívida externa brasileira está na negociação política”, afirmou ontem, em discurso na Câmara, o Deputado federal Rubem Medina (PDS-RJ), para quem renegociação é tão urgente, segundo disse, que não pode esperar pelo próximo Governo e deve ser atacada já, pelo atual, através da adoção de premissas considerando o assunto predominantemente social e político e não apenas econômico.

Medina insistiu na responsabilidade solidária dos Estados Unidos em relação à dívida externa brasileira e sugeriu alguns caminhos para o próximo Governo, “com representatividade política e popular”, negociar junto aos governos dos países dos bancos credores.:

— Primeiro, renegociar os prazos; segundo, negociar os encargos adicionais que decorrem de decisões políticas de governos estrangeiros; terceiro, obter tratamento diferenciado da atual dívida externa em relação às demais operações financeiras internacionais — disse o Deputado em seu discurso.

Afastando a possibilidade de uma moratória unilateral — “que poderia a princípio receber o apoio da população” —, Medina argumentou que a renegociação só poderá ser feita em bases razoáveis e justas, com a

interferência de governos, “pois os bancos credores estão sujeitos às leis de seus países”. E mencionou o problema dos impostos que são pagos pelo Brasil por ocasião do pagamento dos juros:

— As receitas provenientes dos ju-

ros recebidos pelos bancos e seus depositantes constituem renda tributável e estão sujeitas ao Imposto de Renda, que cresce à medida em que os juros aumentam; em outras palavras, nós brasileiros pagamos Imposto de Renda aos países credores.

Outro ponto considerado “da maior gravidade” pelo Deputado é a inversão atual do fluxo do dinheiro.



“Ao próximo Governo brasileiro é indispensável grande apoio popular, pois só assim poderá se sentar à mesa com os credores em condições de colocar suas pretensões para pagamento da dívida externa.”

RUBEM MEDINA, Deputado federal (PDS)

Ele explicou que antes os países industrializados, através de investimentos diretos, financiamentos e saldos comerciais, injetavam recursos na economia dos países em desenvolvimento e hoje a situação é inversa.

23 AGO 1984